

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 100/2024 Comissão CJLCOAACPES

### PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA MATERIA.

Veio a esta Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde, o Projeto de Lei nº 2.885, de 25 de julho de 2024 de autoria do Poder Executivo, o qual busca autorização do Poder Legislativo para Suplementar Verba Orçamentária por excesso de arrecadação no exercício do ano de 2024, no valor de R\$ 29.998,72 (vinte e nove mil novecentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos), referente ao recurso financeiro do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, afetados pelas intensas chuvas no período de 24 de abril a maio de 2024.

A assessoria jurídica da casa, opina pela legalidade e constitucionalidade da matéria.

Após análise do presente projeto de lei, este relator opina pela sua legalidade e constitucionalidade, por atender ao disposto na Lei Orgânica Municipal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante ao exposto este relator Emite Parecer pela Constitucionalidade e a Legalidade do projeto de Lei nº 2.885, de 25 de julho de 2024.

Encaminho para os demais participantes desta Comissão para apreciação.

Barão/RS, 12 de agosto de 2024.

Luciano Ricardo Sandrin – MDB Vereador Relator

Ver. Ademar Gauger - PROGRESSISTAS

( ) Favorável – Pelas Conclusões do Parecer

() Contrário – Pelas Conclusões do Parecer

( ) Abstenção .....

Ver Regro Gilson Jahn - PROGRESSISTA

S Favorável – Pelas Conclusões do Parecer

() Contrário - Pelas Conclusões do Parecer

() Abstenção .....



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 100/2024

Ao Presidente da Mesa

Após ser submetido pela Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde o projeto de Lei nº 2.885, de 25 de julho de 2024 foi **APROVADO** por maioria de seus membros.

Desta forma, encaminha-se o presente projeto de lei a presidência da mesa, com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde, tendo em vista que o mesmo se contra **APTO** para ser votado em plenário, nos termos do Regimento Interno desta Cada Legislativa.

Barão/RS, 12 de agosto de 2024.

Ver Pedro Gilson Jahn

Presidente da Comissão de Constituição Justiça Legislação controle Orçamentário Agricultura Agroindústria Cooperativismo Pecuária Educação Saúde.